VIÑAO FRAGO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista: escola memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008, p. 15-28.

A ERA VARGAS NO RIO GRANDE DO SUL E A EDUCAÇÃO: A MODERNIZAÇÃO TARDIA

Elomar Tambara
Ceihe/UFPEL
tambara@ufpel.tche.br

Esta comunicação tem por objetivo analisar o processo de consolidação do Bloco Histórico (Gramsci) que representa a inserção de novos agentes na esfera superestrutural no Rio Grande do Sul no período da Era Vargas (1930-45).

Para este desiderato utilizou-se, em termos teórico-metodológicos, de conceitos e categorias decorrentes do approach do Materialismo Histórico particularmente de sua versão gramsciana. Tal modelo teórico-epistemológico permite contato com modelos interpretativos fronteiriços fartamente utilizados no campo da História da Educação como os que privilegiam a personalidade, a mentalidade, a autobiografia, a cultura, a etnia, a fenomenologia religiosa, a sociabilidade, etc (Lucien Febvre, Michel Vovelle, Philippe Ariès, Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Emmuel Le Roy Larurie, Roger Chartier, Georges Duby, François Dosse, Robert Darnton, Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Jean François, entre outros), isto é, elementos superestruturais de modo a permitirem um entrelaçamento gnosiológico com fecundidade interpretativa sem cair em contradição.

Todavia a estratégia metodológica e argumentativa está subordinada a conceitos e categorias trabalhados por Antonio Gramsci: hegemonia, bloco histórico, intelectual orgânico, concepção de mundo, sociedade civil e sociedade política.

Privilegia-se a categoria de intelectual entendendo que ela possui fecundidade teleológica na perspectiva dialética que abarca a relação intelectual e educação. Compreendendo que “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis.” (GRAMSCI, 2001, p.19)

Subentende-se uma divisão social do trabalho intelectual, pois de pouco adianta haver um corpus teórico desenvolvido por um *intelectual mentor* se tal constructo não se materializa concretamente em um determinado lócus através da atuação de *intelectuais operadores*, (munidos de uma racionalidade substantiva) subsidiados pelo trabalho de acólitos que se caracterizam como *intelectuais obreiros* (por sua vez embebidos de uma racionalidade instrumental).

Na prática são estes últimos que reconstroem uma determinada racionalidade discursiva relativamente abstrata em uma dada “concretude” delimitada por parâmetros jurídico-comportamentais expressos em regulamentos, regimentos, comunicados, orientações técnicas etc. e fazem-no respondendo às demandas da evolução socioeconômica da sociedade em que estão inseridos. (TAMBARA; ARRIADA, 2021)

De modo que a preocupação principal nesta investigação é a de identificar como os diversos agentes políticos, culturais e educacionais, isto é, os intelectuais operadores e obreiros consubstanciaram políticas públicas decorrentes ou associadas ao processo de evolução da formação sócio-econômica do Rio Grande do Sul no período da Era Vargas. Fundamentalmente, evidenciar o caráter tardio da inserção nos movimentos educacionais que, a mais tempo, alastravam-se no Brasil. Assim ideias como Escolanovismo, Escola Ativa, Escola Única, entre outras, foram filtradas e, por vezes, interdidas pelas concepções hegemônicas no período de domínio do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense).

Como é bastante analisado na historiografia da educação do Rio Grande do Sul o período anterior (República Velha) caracterizou-se pela hegemonia das

concepções positivistas e, particularmente, em sua versão regionalizada (Castilhismo). Esta versão extremamente autoritária plasmou um modelo político e social com peculiaridades que a tornou singular em termos de Brasil. Sendo protagonista nas assembleias constituintes tanto em nível federal como regional de 1891 e 1892 respectivamente. Particularmente, no âmbito da educação, com uma ênfase bastante proeminente nos itens de liberdade de consciência e de liberdade de ensino.

Tal hegemonia de certa forma foi tão acirrada e hermeticamente fechada que dificultou o aparecimento de concepções competidoras as quais eram abafadas tanto com a utilização de violência simbólica (Bourdieu) quanto com a violência física como ocorreu por exemplo com as revoluções de 1893 e 1923.

O poder de coerção do paradigma positivista, de certa forma, foi arrefecendo, em nível de Brasil, como demonstrado pela Reforma Carlos Maximiliano de 1915 reoficializando o ensino e derrocando a reforma Rivadavea Correa de 1911 que havia instalado o ensino livre no país com nítido ranço positivista.

No caso do Rio Grande do Sul este abrandamento tem seu momento icônico em 1924 com o Pacto de Pedras Altas o qual demonstrou que novas forças políticas, econômicas e sociais se consolidaram e puderam estabelecer relações competitivas com a concepção positivista até então hegemônica.

Neste novo contrato social, que se esboçava, cada paradigma procurou plasmar suas concepções e ocupar seus espaços nos diversos aparelhos ideológicos disponíveis. Esta é uma movimentação eivada de contradições e que evidencia a complexidade do tabuleiro e das peças no qual as disputas eram realizadas. Tais evoluções podem ser apreendidas pelas articulações que levaram à criação do PLF (Partido Liberal Federal) e, pelo qual Flores da Cunha elegeu-se governador do estado por ampla maioria.

Ocorreu, portanto, a montagem de um amálgama peculiar que procurou acolher grupos os mais diferentes mas que se caracterizou basicamente pela permanência de lideranças oriundas do modelo anterior associadas com novos agentes sociais.

Os movimentos eram bastante calculados e decorriam, em muito, de circunstâncias que os intelectuais obreiros, por vezes, não tinham controle. Emblemática desta situação foi a busca por protagonismos na área da educação particularmente os interesses das diversas confissões religiosas e os conflitos diretamente envolvidos como por exemplo: o ensino religioso nas escolas, o processo de nacionalização do ensino, o controle da aprovação e adoção de livros didáticos, a subvenção do professorado, a municipalização do ensino primário.

Intelectuais obreiros que se destacaram neste processo foram o arcebispo Dom João Becker, o pastor Hermann Gottlieb Dohms e o chefe de Polícia do Estado, capitão Aurélio da Silva Py.

A ocupação dos diversos aparelhos ideológicos tornou-se uma preocupação prioritária. Na busca por hegemonia logo foi percebido que sem a atuação na arena política ela era estéril e a busca do protagonismo nesta esfera foi intensificada como pode ser percebida pelo trabalho de um dos auxiliares diretos de Dohms, Willy Fuchs, que percorreu as comunidades luteranas para terem uma participação mais efetiva nos pleitos eleitorais votando em candidatos luteranos. (DREHER, 2004)

Trabalho também realizado pela Igreja Católica e que é corroborado pela nominata do Rio Grande do Sul que subscreveu o documento de milhares de intelectuais e educadores encaminhado para a Assembleia Constituinte pela Associação de Professores Católicos, em 1933, tratando das questões educacionais.

De outro lado o desempenho de Aurélio Py representa a atuação de outro segmento que aliado à ação de Coelho de Souza (secretário de educação) agia no sentido de submeter o aparelho ideológico escolar aos interesses do estado. Como evidenciou-se no processo de nacionalização do ensino.

De qualquer forma, na esfera educacional, o que aconteceu foi a constituição de um novo bloco histórico caracterizado por uma junção de interesses, por vezes contraditórios, mas que exigiu dos atores, ocasionalmente, abrir mão de muitas concepções e princípios para preservar acordos, por vezes, velados. Exemplo disso foi o decreto que regulamentou o ensino religioso no RS promulgado por Flores da Cunha, em 1935, operacionalizado pelos intelectuais obreiros Othelo Rosa

(Secretário) e pelo Monsenhor Nicolau Marx designado para fiscalizar o ensino religioso nas escolas públicas.

O processo de consolidação deste novo Bloco Histórico capitaneado no âmbito político pelo PLF teve, no âmbito educacional, a coordenação dos intelectuais obreiros Othelo Rosa e Coelho de Souza e coadjuvado de uma plêiade de intelectuais obreiros como Emilio Kemp, Alcides Cunha, Henrique Meyer, Olga Acauan Gayer, Marieta Silva, Camila Furtado, Maria Amorim e Olinda Bandeira, Estevão Cruz, entre outros, que formavam o núcleo duro deste processo de abertura da educação no Rio Grande do Sul para as novas práticas pedagógicas.

A culminância deste processo pode ser percebida pela visita dos intelectuais operadores Lourenço Filho (Associação Brasileira de Educação) e Everaldo Backheuser (presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação) em 1939 que, conjuntamente, durante 15 dias realizaram uma série de cursos e conferências tanto no Instituto de Educação em Porto Alegre como em outras instituições e estabelecimentos de ensino do Rio Grande do Sul da capital e do interior do estado. Uma peregrinação que, ademais de corroborar e propagar os novos métodos e estratégias de ensino (Ferriéri, Decroly, Montessori, Claparède, Dewey, Aguayo, entre outros), selou um acordo tácito sobre o emprego de estruturas de ensino-aprendizado, por vezes já utilizadas, mas agora legitimadas. Conformando, explicitamente, a hegemonia de um novo bloco histórico.

Palavras chaves: Educação no Rio Grande do Sul na Era Vargas, Bloco Histórico, Lourenço Filho e Everaldo Backheuser.

Referências:

DREHER, Martin N. Hermann Gottlieb Dohms: um perfil biográfico. *História* 23 (1-2) • 2004 • <https://doi.org/10.1590/S0101-90742004000200008>

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Brasileira, 2001.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. *Charla sobre o entrevero de ideias pedagógicas no R.G.S. século XIX. Humanitas e Bildung: uma homenagem a Osmar Schaeffer*. Porto Alegre: Editora Fenix, 2021.